

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Escola Superior de Educação Física
Programa de Pós-Graduação em Educação Física



Dissertação

A Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017): uma análise da perspectiva dos professores de Educação Física da Rede Estadual de Pelotas/RS

ANGÉLICA VILELA LESSA

Pelotas, 2018.

ANGÉLICA VILELA LESSA

A Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017): uma análise da perspectiva dos professores de Educação Física da Rede Estadual de Pelotas/RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Orientador: Prof^o Dr. Luiz Carlos Rigo

Pelotas, 2018.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

L638r Lessa, Angélica Vilela

A reforma do ensino médio (lei 13.415/2017) : uma análise da perspectiva dos professores de educação física da rede estadual de pelotas/rs / Angélica Vilela Lessa ; Luiz Carlos Rigo, orientador. — Pelotas, 2018.

63 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Educação física. 2. Ensino médio. 3. Reforma. I. Rigo, Luiz Carlos, orient. II. Título.

CDD : 796

Elaborada por Daiane de Almeida Schramm CRB: 10/1881

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Carlos Rigo (Orientador)
Pós-Doutor em Educação pela Universidade de Barcelona

Profª Drª Rose Meri Santos da Silva
Doutora em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande

Prof. Dr. Gustavo da Silva Freitas
Doutor em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande

Profª Drª Andrize Ramires Costa (Suplente)
Doutora em Educação Pela Universidade Federal de Santa Catarina

Agradecimentos

A Deus, por me amparar nos momentos difíceis, me dar força para sempre superar as dificuldades.

À minha querida família, minha mãe - Cleni, meu pai - Ledair, minha irmã - Cleonice, por estarem sempre comigo, embora muitas vezes eu estivesse “ausente”. A minha irmã especialmente que no dia da minha matrícula no mestrado, ainda em 2016, me presentou com meu “pequeno grão de amor” – Alice, que alegra meus dias a cada sorriso compartilhado.

Ao meu noivo Alan, pessoa mais do que especial, pelo carinho, compreensão e paciência. Apesar da correria do dia-a-dia, sempre esteve comigo, disposto a me ajudar no que fosse preciso.

Ao meu orientador Prof. Luiz Carlos Rigo, pelas orientações, conversas, desabafos, pelo ensino, dedicação, e principalmente paciência. A ele pertencem muitos dos méritos deste trabalho.

Aos professores e colegas do mestrado da ESEF/UFPeI pelos ensinamentos e amizade.

Aos funcionários da Escola Superior de Educação Física da UFPeI, em especial a Christine, por sempre ter sido sempre prestativa e amiga.

E finalmente a CAPES, pela concessão da bolsa de estudo que possibilitou minha inteira dedicação à realização deste trabalho.

Resumo

LESSA, Angélica Vilela. **A Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017): uma análise da perspectiva dos professores de Educação Física da Rede Estadual de Pelotas/RS**. 2018. 63f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

Esta dissertação, vinculada à linha de pesquisa Formação Profissional e Prática Pedagógica do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas teve por objetivo analisar como os docentes de educação física estão avaliando a implementação da proposta de reforma do ensino médio. O corpus empírico do estudo constitui-se de cinco (05) entrevistas semiestruturadas com professores da Rede Estadual de Ensino de Pelotas/RS situados em diferentes fases da carreira docente. E também de uma análise das versões oficiais da referida proposta. O roteiro básico das entrevistas abarcou questões que versavam sobre a maneira que cada um dos professores estava lidando com o processo de implementação da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017). Também fizeram parte do roteiro questões gerais que tratavam da formação, das áreas de atuação, e de outras particularidades de cada um dos entrevistados. Os achados da pesquisa evidenciam que a proposta de reforma foi elaborada sem diálogo com os professores das escolas e concluiu também que os professores de Educação Física temem que o viés de permissibilidade presente na proposta poderá contribuir para uma desvalorização da disciplina. Outro ponto criticado pelos entrevistados foi a possibilidade de atuação de profissionais sem formação acadêmica na área (detentores de notório saber).

Palavras-chave: Educação Física; Ensino Médio; Reforma.

Abstract

LESSA, Angélica Vilela. **The Reform of Secondary Education (Law 13.415 / 2017): an analysis of the perspective of physical education teachers of the Pelotas State Network / RS.** 2018. 63f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

This dissertation, linked to the line of research Professional Training and Pedagogical Practice of the Post-Graduation Program in Physical Education of the Federal University of Pelotas aimed to analyze how the physical education teachers are evaluating the implementation of the proposal of high school reform. The empirical corpus of the study consists of five (05) semi-structured interviews with teachers of the State School Network of Pelotas / RS located in different phases of the teaching career. It is also an analysis of the official versions of the proposal. The basic script of the interviews covered questions that dealt with the way each teacher was dealing with the process of implementing the High School Reform (Law 13.415 / 2017). Also included in the itinerary were general questions that dealt with the training, the areas of activity, and other particularities of each of the interviewees. The research findings show that the reform proposal was elaborated without dialogue with the teachers of the schools and also concluded that Physical Education teachers fear that the bias of permissibility present in the proposal could contribute to a devaluation of the discipline. Another point criticized by the interviewees was the possibility of acting professionals without academic training in the area (holders of notorious knowledge).

Keywords: physical education; secondary school; reform.

Sumário

Apresentação.....	7
PROJETO DE PESQUISA.....	8
1. Introdução.....	13
2. Justificativa.....	15
3. Objetivos.....	17
3.1 Objetivo Geral	17
3.2 Objetivos Específicos.....	17
4. Considerações Teóricas Preliminares	18
4.1 A Educação Física e a Escola.....	18
4.2 O Ensino Médio, seus objetivos e a Educação Física.....	20
4.3 Lei nº 13.415/2017: A Reforma do Ensino Médio e a Educação Física..	23
5. Caminhos Metodológicos.....	26
5.1 Delineamento.....	26
5.2 Coleta de dados.....	28
5.3 Análise de Dados.....	29
5.4 Aspectos Éticos.....	29
6. Cronograma.....	30
REFERÊNCIAS.....	31
ARTIGO.....	34
Introdução.....	35
Caminhos Metodológicos.....	36
O professor de Educação Física do Ensino Médio.....	37
Entendimentos acerca da lei 13.415/2017.....	38
A Reforma 13.415/2017 e os perigos da permissividade.....	39
Prática pedagógica e constituição docente.....	41
Considerações Finais.....	42
REFERÊNCIAS.....	43
APÊNDICES.....	47
ANEXOS.....	51

Apresentação

Esta dissertação de mestrado atende ao regimento do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas. Seu volume, como um todo, é composto de duas partes principais:

PROJETO DE PESQUISA: “A Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017): uma análise da perspectiva dos professores de Educação Física da Rede Estadual de Pelotas/RS” qualificado no dia 24/12/2017. A versão apresentada neste volume, já incorpora as modificações sugeridas pela banca examinadora e orientador.

ARTIGO

A Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017): uma análise da perspectiva dos professores de Educação Física da Rede Estadual de Pelotas/RS

PROJETO DE PESQUISA
(Dissertação de Angélica Vilela Lessa)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Escola Superior de Educação Física
Programa de Pós-Graduação em Educação Física



Projeto

**A Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017): uma análise da
perspectiva dos professores de Educação Física da Rede Estadual de
Pelotas/RS**

Angélica Vilela Lessa

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Rigo

Pelotas, 2018.

Sumário

1. Introdução.....	12
2. Justificativa.....	14
3. Objetivos.....	16
3.1 Objetivo Geral	16
3.2 Objetivos Específicos.....	16
4. Considerações Teóricas Preliminares.....	17
4.1 A Educação Física e a Escola.....	17
4.2 O Ensino Médio, seus objetivos e a Educação Física.....	29
4.3 Lei nº 13.415/2017: A Reforma do Ensino Médio e a Educação Física..	22
5. Caminhos Metodológicos.....	26
5.1 Delineamento.....	26
5.2 Coleta de dados.....	28
5.3 Análise de Dados.....	29
5.4 Aspectos Éticos.....	29
6. Cronograma.....	30
REFERÊNCIAS.....	31

1. INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira está marcada por mudanças legislativas, desde a Reforma Francisco Campos, na década de 1930, destinado à “formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional”, até à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9.394 (BRASIL, 1996), inúmeras foram as alterações ocorridas na política educacional brasileira.

No segundo semestre de 2016, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional mais uma alteração. Trata-se da proposta de Reforma do Ensino Médio, editada por meio de Medida Provisória (MP nº 746) e sancionada pela Lei nº 13.415. No discurso do governo, a reforma tem como objetivo retirar o Ensino Médio de seu estado de falência – restrito às disciplinas obrigatórias, sem aprofundamento e pouco atrativo ao estudante. Entre os diversos pontos que envolve esta reestruturação, está a ampliação da carga horária e a flexibilização da grade curricular.

O Ensino Médio já se apresentou com diferentes finalidades: como ensino específico das elites para a formação intelectual, interesse de finalização de estudos, preparação para o mercado de trabalho e ponte para o acesso ao Ensino Superior. Esses objetivos, muitas vezes, foram intercalados entre si ou existiram (existem) de modo concomitante uns aos outros (MIRANDA, 2017).

Na versão oficial a Reforma do Ensino Médio foi pautada no intuito de estimular o tempo integral nesta modalidade de ensino e aproximar a capacitação para o mercado de trabalho por meio da flexibilização curricular – que permite ao estudante a escolha de áreas do conhecimento para aprofundar seus estudos e oportuniza, às instituições de ensino, um perfil optativo frente a outra (BRASIL,2017).

Em um primeiro momento, a MP nº 746 apontava que Educação Física, Artes, Filosofia e Sociologia perderiam a sua obrigatoriedade. Na alteração prevista ao art. 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), § 3º, a proposta para o caso específico da Educação Física era de uma disciplina “[...] integrada à proposta pedagógica da escola, [...] componente curricular obrigatório da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, sendo a sua prática facultativa ao aluno” (BRASIL, 2016). Porém, no texto final da Lei n. 13.415/2017, art. 3, consta a redação final do art. 35-A,

§ 2º, a respeito da disciplina, na qual se afirma que “a Base Nacional Comum Curricular referente ao Ensino Médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia” (BRASIL,2017).

Esta série de mudanças na educação traz consigo outras tantas competências profissionais a serem adquiridas pelos professores, novas formas de organização do tempo e do espaço escolar, bem como a clareza a respeito do papel da escola, preocupada com a “formação integral do aluno”.

No sentido de buscar um maior conhecimento, especificamente para a área da Educação Física Escolar, sobre essa reforma na política educacional brasileira, esta pesquisa visa investigar como os professores de Educação Física estão sendo interpelados por esta proposta educacional governamental.

2. JUSTIFICATIVA

No início desta trajetória – ingresso no Programa de Pós-Graduação no ano de 2016 – já tínhamos claro que nosso objeto de estudo seria o Ensino Médio, mas em um primeiro momento esta pesquisa seria feita com alunos do Ensino Médio Politécnico, abordando os impactos do turno inverso no processo de legitimação da Educação Física Escolar.

Porém, com a apresentação da Medida Provisória (MP) n. 746/2016 (Brasil, 2016), em 22 de setembro daquele ano, nos deparamos com mais uma mudança: agora, nesta fase de transição de “Ensino Médio Politécnico” para “O Novo Ensino Médio”, na nova proposta as aulas de Educação Física voltam a ser ministradas no mesmo turno, pelo menos até a conclusão da Base Nacional Comum Curricular, que está prevista para o final do ano de 2017 e a implementação do Novo Ensino Médio nos estados para 2018, devendo ser plenamente instituída em 2019.

Entre as mudanças previstas nesta MP estão: dividir o ensino médio em duas etapas, cada uma com um ano e meio de duração, sendo que na primeira metade, o estudante tem todas as matérias que são divididas em linguagens (português, língua estrangeira, educação física e artes), ciências da natureza (Biologia, química e física), ciências humanas (história, geografia, sociologia e filosofia) e matemática. Já na segunda parte, o aluno vai decidir em quais matérias ele vai priorizar ou ainda optar por um ensino técnico; Aumento da carga horária para 1.400, partindo do princípio que a que as escolas vão ser de período integral (BRASIL, 2017).

Face a isto, optamos por fazer uma pesquisa que nos ajude a conhecer um pouco mais sobre como o professor de Educação Física do Ensino Médio sente-se diante das mudanças, instituídas pela nova proposta governamental.

Melo e Ferraz (2007) expõe algumas dificuldades encontradas pelos professores de Educação Física ao trabalhar com Ensino Médio:

Trabalhar com a Educação Física escolar não é uma tarefa muito fácil, requer saberes específicos, disposição, força de vontade, “jogo de cintura”. A situação se complica um pouco quando se fala em ensino médio, somente quem já trabalhou com esta etapa da escolarização sabe o que é: lidar com turmas heterogêneas, no que concerne ao desenvolvimento físico e motor; a turmas desmotivadas à prática de atividades físicas; e ao baixo status da disciplina perante a comunidade escolar. (p.88)

Assim sendo, este estudo se justifica pela importância que concebemos em analisar como os professores lidam com as mudanças em suas disciplinas (Educação Física) que emergem destas reformulações curriculares, em suas respectivas áreas do conhecimento (Educação Física).

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar como a proposta de Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) está interpelando os professores de Educação Física da Rede Pública Estadual de Pelotas/RS.

3.2 Objetivos Específicos

- Analisar como o anúncio da proposta de Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) e suas possíveis alterações no currículo tem interpelado os professores de Educação Física;
- Verificar as principais estratégias e ações dos professores de Educação Física para se apropriarem da proposta de Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017).

4. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS PRELIMINARES

4.1 A Educação Física e a Escola

Por suas heranças militares e médicas e por sua ligação com os mecanismos de manutenção do *status quo* vigente na história brasileira, ao longo do século XIX predominou uma concepção de Educação Física, bastante acrítica (GHIRALDELLI, 1991).

A Educação Física escolar assim como interpretamos atualmente - como matéria de ensino - tem seus primórdios na Europa no final do século XVIII e início do século XIX. Com a criação dos chamados Sistemas Nacionais de Ensino, a Ginástica, primeiro nome dado à Educação Física e com caráter bastante abrangente, teve lugar como conteúdo escolar obrigatório (SOARES, 1996).

O quadro que segue, faz uma simulação da trajetória atravessada pela disciplina da Educação Física:

Movimento do Pensamento da Educação Física Escolar a Educação Física e seu Conteúdo de Ensino no tempo

MOVIMENTO DO PENSAMENTO NA EDUCAÇÃO FÍSICA	CRONOLOGIA	CONTEÚDO A SER ENSINADO NA ESCOLA
1- Movimento Ginástico Europeu	Século XIX e início do século XX	- Ginástica que compreendia exercícios militares; jogos; dança; esgrima; equitação; canto.
2- Movimento Esportivo	Afirma-se a partir de 1940	- Esporte- há aqui uma hegemonização do esporte no conteúdo de ensino.
3- Psicomotricidade	Afirma-se a partir dos anos 70 até os dias de hoje	- Condutas motoras.
4- *Cultura Corporal *Cultura Física *Cultura de Movimento	Tem início no decorrer da década de 80 até nossos dias	- Ginástica; esporte; jogo; dança; lutas; capoeira; entre outros.

(SOARES, 1996)

Segundo Cantarino Filho (1982) a Educação Física escolar brasileira teve início oficialmente em 1851, com a “Reforma de Couto Ferraz”. Quando o deputado, Luiz Pedreira de Couto Ferraz apresentou à Assembleia as bases para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte. Três anos passados, em 1854, então como Ministro do Império, expediu sua regulamentação, e entre as matérias a serem obrigatoriamente ministradas no primário estava a ginástica, e a dança no secundário.

É a partir desse período que a Educação Física começa a assumir seu caráter higienista. Fazendo-se uso da ginástica, o Estado passou a desenvolver ações pedagógicas na sociedade, com ela acreditavam poder responder à necessidade de uma construção anatômica que pudesse representar a classe dominante e a raça branca, atribuindo-lhe superioridade. O pensamento higienista, dominando a Educação Física, é marcado pelos hábitos de higiene e da saúde, objetivando, por meio do exercício físico, valorizar o desenvolvimento do físico e da moral (PEREIRA, 2006).

Com o passar do tempo, o Brasil começa a tornar-se um país mais urbano, e também mais complexo. Junto com este novo país, emergem a importância da escola moderna, uma instituição em que a disciplina corporal, o controle dos hábitos, dos horários e das posturas dos alunos, são de grande valor, mesmo que não explicitados na maioria dos discursos oficiais (ENGUITA, 1989). Nessa perspectiva, a escola moderna burguesa brasileira atenta para o controle e a disciplina do corpo dos seus alunos, passa a legitimar a Educação Física como componente curricular.

Segundo Silva Pontes (1994), a Educação Física dessa época possuía um caráter instrumental, em que o exercício físico aparece como solução para todos os males, além de ser potencialmente capaz de prevenir e curar doenças, de construir um corpo forte e saudável, adestrando-o para os trabalhos manuais e que exigissem força física. É importante destacar que nesse mesmo período o Brasil começa seu ingresso no modo capitalista de produção e é por esse motivo que se buscava a adequação do povo operário a essa nova ordem.

Na perspectiva escolar, as defesas pela obrigatoriedade da inclusão da prática Educação Física, como já citado anteriormente, estavam diretamente ligadas às teses higienistas, pois acreditava-se que desta forma, ela também poderia contribuir para minimizar o caótico quadro de saúde pública, resultando, por conseguinte, no descompasso entre o crescimento demográfico e as condições de estruturação urbana e pela inexistência de infraestrutura de saneamento básico e de mecanismos eficientes de saúde pública. Supunha-se, desse modo, que corpos educados e fortes seriam mais resistentes à contaminação por doenças infectocontagiosas, responsáveis pela alta taxa de mortalidade da população naquele período. Para tanto, ainda que existisse a recomendação formal de aplicação da ginástica alemã nas escolas, que fora adotada oficialmente no exército, defendia-se também a prática da

ginástica sueca e da calistenia, devido suas características pedagógicas de formação corporal, de educação higiênica e de formação moral (RESENDE e SOARES, 1996).

Ainda segundo Resende e Soares (1996), uma outra concepção predominante foi a esportivização da Educação Física escolar, que veio manifestando-se e ganhando força, paulatinamente, em superação à denominada concepção higienista ou biologicista da Educação Física. Mais adiante, na década de 50, com a desobrigação do “Método” Francês, passam a ser propagados no Brasil a Educação Física Desportiva Generalizada e o “Método” Natural Austríaco, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento técnico-pedagógico que aconteceram naquela época. As atividades esportivas, embora ainda não fossem os principais referenciais na prática da Educação Física Escolar, passaram a ser incentivadas no que se refere ao seu desenvolvimento quantitativo e qualitativo, na proporção em que o país começava a ganhar destaque no cenário internacional através de campeonatos sul-americanos e pan-americanos, do mesmo modo que aumentava sua participação nas olimpíadas.

Neste sentido, o ensino da Educação Física passou a privilegiar o “aluno-atleta” e o professor passou a atuar como “professor-técnico” (BRACHT, 1986).

Em relação à forma de atuação do professor, pode-se afirmar que mudou na proporção em que o próprio ensino do esporte é constituído de elementos lúdicos, propiciando uma melhor relação professor-aluno mas, ainda assim, encontramos professores que ensinam o esporte de uma forma bastante tradicional, com os alunos dispostos em fileiras durante as aulas, por exemplo. (BETTI, 1999).

De acordo com Betti (1997), o conteúdo da Educação Física não muda em sua essência, continua a tratar da Cultura Corporal do Movimento, ou simplesmente Cultura Corporal - o jogo, esporte, ginástica, dança e lutas - o que muda são as formas de compreendê-lo e ensiná-lo; estas sim, são pouco conhecidas pelos professores. O esporte, por exemplo, dificilmente deixará de ser o conteúdo preeminente da Educação Física. Encontrar formas de lecioná-lo facilitando o aprendizado e o desenvolvimento do aluno é o grande desafio.

4.2 O Ensino Médio, seus objetivos e a Educação Física

No ano de 1996, com a criação da Lei 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) determinou-se a obrigação do Estado em disponibilizar o Ensino Médio para sua população. A já citada lei estabelece que o Ensino Médio integre da Educação Básica: “A educação escolar compõe-se de: I – Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II – Educação

superior” (Título V, Capítulo I, Art. 21). E ainda estabelece os objetivos e finalidades desta etapa de ensino (Seção IV, Art. 35):

O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (Lei 9.394 - art. 35).

Neste sentido, o Ensino Médio passou a representar a etapa final da educação básica e seus objetivos propostos, como visto no artigo anteriormente citado, têm como finalidade a continuidade dos estudos, a preparação para o mercado de trabalho, bem como a promoção da cidadania e do pensamento crítico (BRASIL, 1996).

Em 2002, com o objetivo de reestruturar o currículo desta etapa de ensino, apresenta-se os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM), propondo que as disciplinas do conhecimento fossem distribuídas em três áreas: 1. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; 2. Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e; 3. Ciências Humanas e suas Tecnologias, além de seus objetivos baseados em habilidades e competências, apontados nos desdobramentos das suas respectivas alíneas. Estando a Educação Física integrada à primeira, é atribuída à disciplina o compromisso de desenvolver linguagem corporal, ou seja, ensinar as práticas corporais como forma de comunicação e expressão (BRASIL, 2002).

O texto sobre Educação Física está localizado nas páginas 154 a 167 do Parâmetros Curriculares Nacionais para Ensino Médio, nele está posto um conteúdo que aborda os objetivos da disciplina, da sua realidade no campo de trabalho, das possibilidades pedagógicas, a interpretação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e das competências e habilidades a serem desenvolvidas na disciplina (MORAES, 2004). Porém, com objetivos não muito claros, o texto não conseguiu atender as questões e adversidades deste componente curricular obrigatório.

De acordo com Rufino (2012), estes documentos trazem o entendimento da Educação Física enquanto componente curricular da área de Linguagens, Códigos e

suas Tecnologias, inserida juntamente a Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte e Informática. A linguagem corporal ancora-se teoricamente no contexto mais amplo das Linguagens, revelando conceitos como: signo e símbolo, denotação e conotação, gramática, textos, entre outros.

Já em 2006, o Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Básica, publica as Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Esta proposta estabelece demandas determinadas pelas Secretarias de Educação e das discussões acadêmicas, já iniciadas com os Parâmetros Curriculares Nacionais tendo em vista:

[...] não só no sentido de aprofundar a compreensão sobre pontos que mereciam esclarecimentos, como também, de apontar e desenvolver indicativos que pudessem oferecer alternativas didático-pedagógicas para a organização do trabalho pedagógico, a fim de atender às necessidades e às expectativas das escolas e dos professores na estruturação do currículo para o Ensino Médio (BRASIL, 2006, p. 8).

No que diz respeito à Educação Física, o referido documento favorece debates e reflexões acerca de questões históricas sobre a identidade desta área na qualidade de componente curricular. Promove também, a caracterização dos alunos do Ensino Médio e as percepções da escola como um espaço sociocultural e de diversidade. A diretriz apresentada sobre os conteúdos a serem desenvolvidos aponta que estes devem ser orientados pelos diferentes contextos culturais, específicos de cada região (BRASIL, 2006).

Rufino (2012, p. 37) salienta que apesar de os Parâmetros Curriculares Nacionais somados as Orientações Curriculares se constituírem como ordenamentos oficiais, constata-se que estes documentos apresentam discrepâncias bastante acentuadas entre as perspectivas estabelecidas em cada um”. Neste sentido, a concepção comum no que se refere à Educação Física baseia-se na cultura corporal, todavia, os referenciais teóricos indicados nestes documentos são extremamente divergentes.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (2002, p. 52), apontam algumas das principais situações que cercam a Educação Física e sua oferta o Ensino Médio nos dias de hoje, salientando a motivação, o interesse dos alunos e a capacidade de relação da disciplina com demandas que surgem nessa modalidade de ensino. Expõe que:

No Ensino Médio notamos que a desmotivação com relação às aulas de Educação Física é muito grande. Por isso as aulas apresentam características próprias e inovadoras, atendendo às novas fases cognitivas,

afetivas e sociais que os adolescentes apresentam nessa faixa etária. Visamos um trabalho vinculado ao lazer, saúde e competição esportiva fazendo uma interligação com outros assuntos, já que essa faixa etária nos permite fazer uma abordagem mais complexa de aspectos socioculturais e biológicos. A incidência cada vez maior de adolescentes e jovens obesos, com dificuldades oriundas da falta de movimento, com possibilidades de acidentes cardiovasculares, leva-nos a pensar na Educação Física para o Ensino Médio voltada para o conhecimento da Aptidão Física e Saúde. Nesse caso, na Educação Física, até mesmo no período noturno, existe a possibilidade de reunir os alunos por grupos de interesse e necessidades e, junto a eles, desenvolver projetos de atividades físicas especiais. [...]. Assim, pode-se concluir que a atividade física traz benefícios mentais e físicos se praticada sem exagero. É importante ressaltar que a atividade corporal é um elemento fundamental da vida, através da qual nossos alunos poderão garantir mais qualidade de vida. Nesse caso, a Educação Física Escolar vem somar-se à educação intelectual e moral, visando à formação do aluno em uma educação integral – corpo, mente e espírito (p. 52).

Partindo destas premissas, pode-se observar que na adolescência existe maior interesse e necessidade de deliberações sobre escolhas profissionais entre os alunos. Igualmente, situam-se em um estágio de desenvolvimento cognitivo e social que possibilita a abordagem de temas mais complexos, ligados à vida, saúde e relações sociais, culturais e biológicas da atividade física. É possível transpor as temáticas do Ensino Fundamental e adentrar na perspectiva específica da saúde e da qualidade de vida, com projetos de trabalho criativos e que integrem a disciplina, o jovem e a formação escolar aos seus contextos de vida e necessidade (MIRANDA, 2017).

A Educação Física é repleta de possibilidades e se une ao Ensino Médio como mecanismo de reflexão da realidade, mas este é um desafio que demanda a superação didático-metodológica dos professores, alicerçada à inter, multi e transdisciplinaridade e na competência de apresentar medidas que relacionem-se com os objetivos de outras disciplinas e que assim, contribua com a almejada educação integral, onde as disciplinas se somam em prol de um só objetivo.

4.3 Lei nº 13.415/2017: A Reforma do Ensino Médio e a Educação Física

A Lei n. 13.415/2017 foi construída a partir de debates e alterações da MP n. 756/2016, que também passou por modificações em seu texto principal, objetivando o desenvolvimento da Educação Básica em todos os seus seguimentos e promover a educação integral no Ensino Médio. Em uma das suas propostas centrais, modifica a lei que regulamenta a educação nacional, Lei n. 9394/1996 (LDB). Altera ainda à Lei

do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com mudanças voltadas à lei respectiva, n. 11.494/2007. Além disso, revoga a Lei n. 11.161/2005, que se refere ao Ensino de Língua Espanhola e estabelece um novo contexto optativo preferencial do Espanhol. Em consonância com o caso específico da língua espanhola, as disciplinas de História, Geografia, Sociologia, Filosofia e Educação Física passaram por uma reorganização curricular, objetivando alcançar novos lugares no currículo do Ensino Médio, em uma estruturação dita mais flexível e de encontro aos interesses do aluno (BRASIL, 2017).

A princípio, a MP n. 746/2016 art. 24 que fundamentou a criação da Lei n. 13.415/2017, acabou com a obrigatoriedade da Educação Física no Ensino Médio, na medida em que a propôs como componente curricular obrigatório da Educação Infantil e Ensino Fundamental. No entanto, se buscarmos avaliar atentamente seu texto, vimos que nele as disciplinas que até então seriam excluídas do currículo obrigatório (Educação Física, Sociologia, Filosofia e Artes) exercem um papel fundamental na busca do objetivo central desta reforma – a formação integral do educando. Vejamos: o alvo de ação do currículo do Ensino Médio considera a “[...] formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para a sua formação nos aspectos cognitivos e socioemocionais [...]” (BRASIL, 2016).

Fica evidente portanto, o distanciamento entre a prática proposta, que sugere a exclusão justamente de disciplinas que conduzem para a formação integral e o alcance da ação principal da Reforma. Este e outros pontos questionáveis desta medida ocasionaram uma série de discussões que resultaram na conversão para uma nova lei voltada à reforma do Ensino Médio, que retomou a inclusão dessas disciplinas no currículo de oferta obrigatória.

A LDB, sancionada em 1996, distribuía a carga horária aos níveis Fundamental e Médio em igual proporção, 800 horas anuais de trabalho educacional, salvo exames finais, se necessário fosse (BRASIL, 1996). Objetivando a universalização e a educação integral, foram acrescidas gradativamente 600 horas a essa carga horária pela Lei n. 13.415/2017, sendo que 200 delas foram instituídas logo após sua aprovação, o que acarretou à adição de um período extra no cronograma de atendimento regular das escolas. As 400 horas restantes deverão ser implantadas gradativamente, ao passo que haja possibilidade de integralização.

De maneira geral, o Ensino Médio será ofertado em duas etapas: a primeira, a mais extensa, com cerca de 60% da carga horária total, será constituída pelas disciplinas comuns a todos os alunos. A segunda, a parte mais abrangente, com cerca de 40% da carga, possibilitará aos estudantes a seleção de áreas de interesse (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais e Formação Técnica e Profissional) para o desenvolvimento de estudos mais profundos. Mesmo nessa segunda fase, Língua Portuguesa e Matemática permanecem obrigatórias (BRASIL, 2017).

Neste sentido, organização pretendida para o Ensino Médio, com a flexibilização e a formação de um sistema mais dinâmico conforme o art. 3 da Lei n. 13.415/2017 acontecerá:

Art. 3o A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 35-A: “Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas. § 1o A parte diversificada dos currículos de que trata o caput do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural. § 2o A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. § 3o O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas. § 1o Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. § 1o A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio, de acordo com a definição dos sistemas de ensino. § 6o A União estabelecerá os padrões de desempenho esperados para o ensino médio, que serão referência nos processos nacionais de avaliação, a partir da Base Nacional Comum Curricular. § 7o Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos,

cognitivos e socioemocionais. § 8o Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem (Lei n. 13.415/2017 – art. 3).

Ainda que a Educação Física tenha sido mantida no grupo de estudos e práticas obrigatórios à Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, que foi motivo de grande parte das discussões sobre o tema, o texto não trata da área como disciplina e também não estabelece normas sobre a forma como esses estudos e práticas serão conduzidos. Castilho (2017) alerta que essa flexibilidade textual apresenta um risco: não assegura que não ocorrerá diluição em outras disciplinas e abre uma lacuna de instabilidade sobre como as escolas sustentarão a permanência da Educação Física no Ensino Médio enquanto disciplina formativa.

Em consonância com o autor anteriormente citado, Miranda (2017) afirma que embora a oferta esteja garantida como componente curricular (ainda que optativo ao estudante), a certeza dessa oferta nas condições colocadas não é suficiente para indicar a permanência da Educação Física como uma disciplina propriamente dita. Primeiramente, devido a menção de suas práticas e estudos fora da questão da oferta curricular e segundo, por não ser tratada na perspectiva disciplinar.

A reflexão sobre o lugar da Educação Física partindo do contexto da Reforma do Ensino Médio, aprovada neste ano (2017), é guiada pela emergência de prosseguir com os debates agora sobre o papel da disciplina nessa etapa educacional.

A tentativa de retirada da Educação Física do currículo veio na corrente de uma reforma em que a Educação Profissional foi um interesse anunciado para as mudanças propostas tanto pela MP 746/2016 inicialmente quanto pela lei resultante, Lei n. 13.415/2017. Apenas as áreas do conhecimento com influência direta no trabalho foram privilegiadas pela condição obrigatória e mesmo com a reincorporação nessa maneira subjetiva, a identidade claramente profissional atribuída ao Ensino Médio foi destacada, uma vez que – historicamente – a proximidade pronunciada do objetivo de trabalho na Educação remete à elitização do ensino, onde as classes populares recebiam formações para o trabalho e as elites, formações que privilegiavam o desenvolvimento intelectual continuado (MIRANDA, 2017)

5. CAMINHOS METODOLÓGICOS

5.1 Delineamento

Para atingir estes objetivos realizar-se-á uma pesquisa de natureza qualitativa, segundo Chizzoti (1995, p. 78), em pesquisas dessa natureza: “Os pesquisadores que adotaram essa orientação se subtraíram à verificação das regularidades para se dedicarem à análise dos significados que os indivíduos dão às suas ações”.

Para a escolha dos sujeitos desta pesquisa, tomaremos por base o estudo de Hubermann (2000) que denomina os ciclos da vida profissional docente, e descreve a existência de cinco ciclos:

A fase do início da carreira - Esta fase vai da introdução à carreira até os 3 anos de docência. Segundo Hubermann (2000) é a fase da “sobrevivência” e da “descoberta”. A sobrevivência - implica no manejo do que tem sido chamado de “choque do real”, advindo do confronto inicial com a complexidade da situação profissional. É a fase do tatear constante, da preocupação consigo mesmo (“Vou dar conta disso?”), da administração da distância entre o ideal e o real da cotidianidade da sala de aula, do desafio de fazer face, simultaneamente, à relação pedagógica e à transmissão do conteúdo, da dúvida entre as oscilações nas relações (com os alunos), das dificuldades com os alunos que criam problemas, das dificuldades com material didático inadequado, da insegurança com a metodologia, entre outros.

Passados os três primeiros anos, Hubermann (2000), considera que começa o que ele classifica com “A fase da estabilização” - é o ciclo da carreira profissional entre os 4 e os 6 anos de experiência docente e está marcado pela estabilização e consolidação de um repertório pedagógico, além da construção de uma identidade profissional que supõe a afirmação de si mesmo como professor. Trata-se de um comprometimento assumido, de uma tomada de responsabilidades. O professor adota a decisão de dedicar-se por um período prolongado de tempo à profissão docente. Estabilizar-se nesta perspectiva significa obter graus de autonomia no exercício profissional e encontrar um estilo próprio de funcionamento no seio da classe profissional. Um significativo número de professores desta fase referia-se a um sentimento de pertença, ao mesmo tempo em que falavam de “libertação” ou de “emancipação” (autonomia).

O terceiro período é a fase da “experimentação e diversificação”. Hubermann (2000) caracteriza esta fase como o ciclo da carreira profissional entre os 7 e os 25

anos de experiência, que pode estar marcado por uma atitude geral de diversificação, mudança e ativismo, bem como uma atitude de revisão, cheia de interrogações peculiares da metade da carreira. Não se trata, portanto, de um ciclo homogêneo no qual resulte fácil caracterizar o pensamento e a conduta profissional do docente. No que se refere à atitude de diversificação, os professores lançam-se numa série de experiências, trabalhando com novas metodologias, diversificando o material didático, experimentando novas formas de avaliação e modificando outros aspectos da sua prática.

“A fase da serenidade/conservantismo” – é o quarto ciclo, entre os 25 e 35 anos de experiência, em que se chega a um patamar do desenvolvimento da carreira. Trata-se menos de uma fase distinta da progressão na carreira do que de um estado ‘de alma’ que se encontra nos estudos empíricos efetuados com os professores de 45-55 anos (HUBERMAN, 2000). Este estado de alma pode caracterizar-se por uma atitude de serenidade e distanciamento afetivo ou de conservadorismo e lamentações.

A fase do desinvestimento/preparação para a aposentadoria é o quinto e último ciclo da carreira profissional. Ela abarca o período dos 35 e 40 anos de experiência do docentes, Huberman (2000). Esta etapa está fortemente marcada pela preparação para a aposentadoria e pelo progressivo abandono das responsabilidades profissionais. A retirada pode ser serena ou amarga. No primeiro caso fala-se de um enfoque positivo decorrente da serenidade da etapa anterior. No segundo caso, o enfoque é negativo, marcado pelo desencantamento pelas experiências passadas ou pelas frustrações ainda vivenciadas nesta etapa.

Neste sentido, para realização deste estudo selecionaremos cinco professores de Educação Física atuantes no Ensino Médio em escolas públicas de Pelotas/RS, tendo como critério para esta seleção os ciclos a cima descritos, sendo um professor para cada fase considerando o tempo de experiência profissional que cada uma propõe.

5.2 Coleta de dados

Para a coleta de dados utilizaremos entrevistas semiestruturadas (apêndice A), na perspectiva que as concebe Triviños (2009), com questões que versavam sobre prática pedagógica do professor de Educação Física, áreas de atuação e formação continuada e expectativas com relação a implementação da Reforma do Ensino

Médio. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas com a finalidade de facilitar o registro do maior número de informações.

5.3 Análise de Dados

Os dados obtidos serão analisados utilizando as técnicas de Análise de Conteúdo inspirados nos estudos de Bardian (1977). O objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente e as significações ocultas ou explícitas (FRANCO, 2008).

5.4 Aspectos Éticos

Os professores que participantes deste estudo assinarão o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (apêndice B).

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2003.
- BETTI, I.C. R.; MIZUKAMI, M.G.N. História de vida: trajetória de uma professora de Educação Física. **Revista Motriz**. São Paulo, v.3, n.2, p. 108-115, 1997.
- BETTI, I.C. R. Educação Física escolar: olhares sobre o tempo. **Revista Motriz**. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 37-39, 1999.
- BRACHT, Valter. A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, v. 7, nº 2, p. 62-68, janeiro, 1986.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Lei nº 9394/96. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 de ago. 2017.
- _____. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC; SEMTEC, 2002.
- _____. **Orientações curriculares para o Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, v. 1, 2006.
- _____. **Educação Profissional e Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 29 de set. 2017.
- _____. **Medida Provisória n. 746**, de 22 de setembro de 2016. 2016. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 20 de set. 2017.
- _____. **Lei n. 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 01 de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 20 de jun. 2017.

CANTARINO FILHO, M. R. **Educação física no estado novo: história e doutrina.** 1982. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 1982.

CASTILHO, D. Reforma do Ensino Médio: desmonte da educação e inércia do enfrentamento teórico. **Revista Dialogo e Divulgação em Geografia**, n. 4, v. 1, p. 1-10, 2017.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1995. 164 p.

DUBAR, D. **A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional.** Cadernos de pesquisa, v.42, n.146, p.351-367, 2012.

ENQUITA, M. **A face oculta da escola,** Porto Alegre, Artes Médicas, 1989. 241 p.

FERRETI, C. Problemas institucionais e pedagógicos na implementação da reforma curricular da educação profissional técnica de nível médio no IFSP. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 789-806, 2011.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo.** 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 40, p. 168-194, 2009.

GHIRALDELLI Jr, P. (1991). **Educação Física Progressista: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira.** São Paulo: Loyola, 1991.

HUBERMAN, M. **O ciclo de vida profissional dos professores.** In: NÓVOA, A. (Org.). Vidas de professores. 2. ed. Porto: Porto, 2000. p.31-61.

MELO, R.; FERRAZ, O. O novo ensino médio e a Educação Física. **Revista Motriz**, Rio Claro, v.13 n.2 p.86-96, 2007.

MIRANDA, N. N. G. **A Educação Física no contexto da Reforma do Ensino Médio implementada a partir de 2017.** 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Educação Física) - Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2017.

MOLINA NETO, V. Cultura Docente: uma aproximação conceitual para entender o que fazem os professores nas escolas. **Revista Perfil.** Porto Alegre, n.2 p.66-74, 1998.

_____ Crenças do professorado de Educação Física das escolas públicas de Porto Alegre - RS/Brasil. **Revista Movimento.** Porto Alegre. V. 9, N. 1, 145-169, 2003.

MORAES, A. C. Educação Física. O desafio da educação escolarizada. In DPEM/SEB/MEC. **Orientações Curriculares do Ensino Médio.** Brasília: MEC/SEB, p. 109 -130, 2004. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/05Educacao_Fisica.pdf Acesso em 15 de setembro de 2017.

PEREIRA, M. G. R. **A motivação de adolescentes para a prática da Educação Física: uma análise comparativa de instituição pública e privada.** 2006. 10 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2006.

RESENDE H. G.; SOARES A. J. G. Conhecimento e especificidade da educação física escolar, na perspectiva da cultura corporal. **Revista Paulista de Educação Física**, supl.2, p.49-59, São Paulo, 1996.

RUFINO, L. G. B. **Campos de luta:** o processo de construção coletiva de um livro didático na Educação Física no Ensino Médio. 2012. 364f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias). Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2012.

SANCHOTENE, M.; MOLINA NETO, V. Habitus profissional, currículo oculto e cultura docente: perspectivas para a análise da prática pedagógica dos professores de educação física. **Pensar a Prática**, Goiânia, v.9, n.2, p.267-280, 2006.

SCHERER, A.; MOLINA NETO, V. O conhecimento pedagógico do professor de Educação Física da escola pública no Rio Grande do Sul – uma etnografia em Porto Alegre. **Revista Movimento**, Porto Alegre, n.13, p.71-80, 2000.

SOARES, C. L. Educação física escolar: conhecimento e especificidade. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v.2, p. 6-12, 1996.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2008.

_____; LESSARD, C. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WOODS, P. **La escuela por dentro, La etnografía de la investigación educativa.** Editora Paidós, Barcelona, 1989.

ARTIGO

(O artigo será submetido à Revista Motrivivência e já se encontra formatado nas normas da mesma, que podem ser visualizadas no Anexo A)

A Reforma do Ensino Médio (13.415/2017): uma análise da perspectiva dos professores de Educação Física da Rede Estadual de Pelotas/RS.

Angélica Vilela Lessa¹
Luiz Carlos Rigo²

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo analisar como a proposta de Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) está sendo interpretada pelos professores de Educação Física. O corpus empírico do estudo constitui-se por cinco entrevistas semiestruturadas, feitas com professores da Rede Estadual de ensino, situados em diferentes fases da carreira docente. A conclusão do estudo apontou que a proposta de reforma foi elaborada sem diálogo com os professores das escolas e concluiu também que os professores de Educação Física temem que o viés de permissibilidade presente na proposta poderá contribuir para uma desvalorização da Educação Física, principalmente pelos riscos advindos de um possível fim de sua obrigatoriedade no Ensino Médio.

Palavras-chave: Educação Física; Ensino Médio; Reforma.

Introdução

A história da educação brasileira está marcada por mudanças legislativas, desde a Reforma Francisco Campos, na década de 1930, destinada à “formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional”, até à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394 (BRASIL, 1996), inúmeras foram as alterações ocorridas na política educacional brasileira. Nas várias alterações ocorridas, a Educação Física recebeu um tratamento específico, principalmente em consequência das suas singularidades em relação a outras disciplinas curriculares³ (LUCENA, 1994).

No segundo semestre de 2016, mais precisamente em 22 de setembro de 2016, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional mais uma reforma de ensino. Trata-se da proposta de Reforma do Ensino Médio, editada por meio de Medida Provisória (MP nº 746) e sancionada pela Lei nº 13.415/2017. No discurso do governo, a Reforma tem como objetivo qualificar o Ensino Médio, apontando entre outras fragilidades desta etapa de ensino o fato dele se caracterizar por uma formação restrita às disciplinas obrigatórias, sem aprofundamento e pouco atrativo ao estudante. O documento possui também como um dos principais pontos desta reestruturação, a ampliação da carga horária e a flexibilização da grade curricular (BRASIL, 2017).

Em sua versão oficial, a Reforma do Ensino Médio está pautada no intuito de estimular o ensino em tempo integral e potencializar a flexibilização curricular, permitindo ao estudante a escolha de áreas do conhecimento para aprofundar seus estudos e oportunizar às instituições de ensino, que algumas disciplinas tornam-se optativas (BRASIL, 2017).

Em princípio, a MP nº 746 apontava que Educação Física, Artes, Filosofia e Sociologia perderiam a sua obrigatoriedade. Para o caso específico da Educação Física a proposta previa que ela seria: uma disciplina “[...] integrada à proposta pedagógica da escola”, sendo “[...] um componente curricular obrigatório da Educação Infantil e do Ensino Fundamental”. Todavia, a sua prática seria “facultativa ao aluno” (BRASIL, 2016).

¹ Mestranda em Educação Física pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Física - ESEF/UFPel.

² Pós-Doutor em Educação, Professor da Escola Superior de Educação Física - ESEF/UFPel.

³ Rigo (1995), em seu estudo “A Educação Física fora de forma” discute as particularidades pedagógicas da Educação Física e a sua dificuldade imediata em vincular-se com a pedagogia convencional, principalmente por suas heranças tecnicistas e objetivos próprios.

Posteriormente na versão final do texto Lei nº 13.415/2017, art. 3, a redação do art. 35-A, § 2º, afirma-se que “a Base Nacional Comum Curricular referente ao Ensino Médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia” (BRASIL, 2017).²

Esse processo, porém, não passou sem gerar resistência. Da parte de estudantes, o país assistiu a um amplo movimento de ocupação de prédios públicos. Houve ainda a reação contrária à MP através de notas e de manifestos de entidades acadêmicas e político-organizativas, como podemos ver no pronunciamento do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio em relação a MP nº 746:

Do ponto de vista da organização curricular, a MP nº 746/2016 retoma um modelo já experimentado nos tempos da ditadura militar, trazendo de volta a divisão por opções formativas. A formação básica comum que atualmente é garantida nos três anos do Ensino Médio passaria a ser dada em apenas a metade desse tempo e, após isso, o(a) estudante seria dirigido(a) a um ou outro itinerário formativo (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas ou formação técnico-profissional), a critério do sistema do ensino. Essa medida, além de significar uma perda de direito e um enorme prejuízo com relação à formação da juventude, fere a autonomia das escolas na decisão sobre seu projeto político pedagógico, o que hoje está assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e que será alterado pela Medida Provisória (MOVIMENTO NACIONAL EM DEFESA DO ENSINO MÉDIO, 2016).

As posições contrárias à reforma se deram pela não concordância com as duas grandes mudanças propostas: a organização pedagógica e curricular e as regras dos usos dos recursos públicos para a educação, este último tendo em vista a garantia da oferta de formação técnica e profissional, consentindo o uso de recursos do Fundo de Manutenção da Educação Básica (FUNDEB) para realização de parcerias entre as redes públicas e o setor privado, apontando para uma vasta ação de privatização da escola pública de Ensino Médio (FERREIRA; SILVA, 2017; MOLINA NETO et al, 2017; SOUZA; RAMOS, 2017; CASTILHO, 2017).

Neste sentido, embora existam interpretações que advogam que o texto final manteve a obrigatoriedade da Educação Física, há passagens dele que dão margens a interpretações diferentes, como alertou Matzner et. al. (2017), ao indicar que:

A inclusão da expressão “estudos e práticas” abre precedentes para que os conteúdos sejam contemplados em outras disciplinas escolares, projetos extracurriculares ou grupos de treinamento esportivo, sendo então descaracterizada como componente curricular. (MATZNER, 2017; p. 108).

Inserido nesse contexto de aprovação de uma nova reforma curricular e das controvérsias suscitadas pela mesma, esta pesquisa teve como objetivo analisar como a proposta de Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) está sendo interpretada pelos professores de Educação Física do Ensino Médio da Rede Estadual de Pelotas/RS.

Caminhos Metodológicos

Para atingir os objetivos deste estudo, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, que de acordo com Chizzoti (1995, p. 78): “os pesquisadores que adotaram essa orientação se subtraíram à verificação das regularidades para se dedicarem à análise dos significados que os indivíduos dão às suas ações”.

Para nos auxiliar na definição da escolha dos sujeitos que constituíram o nosso corpus empírico para a pesquisa, tomamos como apoio o estudo de Hubermann (2000), em que o autor define determinados ciclos da vida profissional dos professores subdividindo a carreira docente em cinco ciclos, conforme a figura a seguir:

Figura 01: caracterização dos ciclos da carreira docente

Anos de Carreira	Fase/Temas da Carreira
1-3	Entrada - sobrevivência, descoberta.
4-6	Estabilização - consolidação de um repertório pedagógico.
7-25	Diversificação - ativismo, questionamento.
25-35	Conservadorismo - serenidade, distanciamento afetivo.
35-40	Desinvestimento – preparação para aposentadoria.

Fonte: HUBERMANN (2000)

Neste sentido, selecionamos intencionalmente cinco professores de Educação Física, que atuavam no Ensino Médio em escolas públicas da Rede Estadual da cidade de Pelotas/RS. Destes cinco, cada um pertencia a um dos ciclos indicados por Hubermann (2000).

Para a coleta de dados optamos pelo uso de entrevistas semiestruturadas, na perspectiva que aponta Triviños (2009). O roteiro básico das entrevistas constitui-se de questões que versavam sobre a maneira que cada um dos professores está lidando com os discursos da proposta da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) e como eles se posicionam perante a Reforma, que se encontra em vias de implementação. Também fizeram parte do roteiro questões gerais que tratavam da formação, das áreas de atuação, e de outras particularidades dos entrevistados.

Os dados obtidos foram analisados seguindo algumas indicações da análise de conteúdo, por considerarmos que este é um método pertinente para o campo da educação, principalmente quando trata-se de investigação conteudística, oriunda de dados coletados através questionários e ou entrevistas abertas ou semiestruturadas que requerem uma descrição ou interpretação mais sistematizada. (FRANCO, 2008).

O material empírico foi organizado entrecruzando as cinco entrevistas com um determinado aporte teórico, constituindo os eixos de problematização e de análise que seguem.

O professor de Educação Física do Ensino Médio

Figura 2: Caracterização dos professores de Educação Física do Ensino Médio de acordo com o ciclo da carreira que integram.

Professor de EF – Ensino Médio	
Início da Carreira - até 3 anos	2
Estabilização - 4 a 6 anos	3
Estabilização - 4 a 6 anos	14
Conservadorismo – 25 a 35 anos	6
Desinvestimento – 35 a 40 anos	1

Fonte: elaborado pelos autores.

Dos professores entrevistados os cinco possuem especialização, sendo que três deles tem o título de mestres e um deles cursa doutorado. Sobre os cursos de qualificação, os cinco entrevistados afirmaram frequentar sempre que possível, mas salientaram que a oferta destes voltados para o ensino médio ainda é precária³

³ Melo e Ferraz (2007) apontam como fator predominante para a não concretização de uma formação continuada qualificada, uma quase inexistência de políticas públicas dessa natureza. O autor acrescenta ainda que as ações governamentais neste campo são escassas e, quando se fala em Educação Física para o Ensino Médio, praticamente não existem. Os poucos cursos que ocorrem são direcionados ao ensino fundamental.

Durante as entrevistas, os professores falaram de como foi a escolha pelo curso de Educação Física e do caminho percorrido na graduação. Descreveram como uma boa experiência, onde puderam reforçar a certeza de que aquela era a profissão que desejavam.

“Eu decidi fazer educação física quando eu tinha 10 anos ainda na escola, porque eu tinha um professor de educação física que era o meu exemplo, foi meu mentor. Ele foi meu professor dos 4 anos até os 16 anos e eu sempre joguei futsal com ele, daí eu me espelhei nele, eu queria fazer o que ele fazia: trabalhar na escola” (Prof.4).

Autores como Cavalcante (2011), Souza (2012), Belo (2012), Teixeira (2012), lembram que cada professor desenvolve sua prática a partir de suas próprias referências, e muitos tem como inspiração suas experiências de alunos. Dois dos professores entrevistados além de trabalhar com o ensino médio, também atuam no ensino fundamental. Esse destacaram que isso representava uma dificuldade a mais, principalmente, por terem que lidar com turmas bastante distintas. No entanto, em alguns momentos essas singularidades eram potenciadas e se tornavam produtivas, como relatou um dos professores:

“[...] E foi legal assim, porque eles tinham sido meus alunos lá no fundamental, no 5º, 6º ano, 7º ano e eu estava pegando eles agora. Já tinha uma relação, a gente se dava super bem, eu tive a sorte de ter uma turma super participativa, adoravam educação física, então as minhas aulas eram bem cheias e bem participativas assim, sabe?” (Prof. 1)

Entre as dificuldades relatadas pelos nossos entrevistados, sobressaiu-se a desmotivação, ou a pouca disposição de parte dos alunos para as aulas práticas de Educação Física.

“A maior diferença do médio para o fundamental é que eles têm muito mais potencial para fazer coisas diferentes, mas também tem muito mais preguiça. Acho que é uma realidade de todas as escolas com o ensino médio, até dá para dizer adolescentes [...] eles entram em uma fase que eles não querem muito fazer esporte, são preguiçosos...” (Prof. 4)

Sobre esta desmotivação, Gallardo (2003) destaca que o aluno encontra-se numa fase de mudanças físicas e psicológicas que influenciam em seu estado de ânimo, sua autoestima e a apreciação de si mesmo. O corpo se transforma no principal foco de atenção, já que, através dele, mostra-se ao mundo e interage. Por isso, muitos alunos tendem a preferir outras atividades a participar das aulas práticas de Educação Física. Como um recurso para superar esta dificuldade Darido (1999) sugere uma ampliação no leque de conteúdos que costumam ser ofertados aos alunos nas aulas de Educação Física.

Nessa mesma perspectiva, de reconfigurar a prática pedagógica da Educação Física, Lovisolo (1995) lembra que o professor de Educação Física age em um primeiro momento como um construtor, que a partir de componentes do passado, constrói o novo. Já Gomez (1995), comenta que:

Sob pressão de múltiplas e simultâneas solicitações da vida escolar, o professor ativa os seus recursos intelectuais, no mais amplo sentido da palavra (conceitos, teorias, crenças, dados, procedimentos, técnicas), para elaborar um diagnóstico rápido da situação, desenhar estratégias de intervenção e prever o curso futuro dos acontecimentos (GOMEZ, 1995; p. 102)

Entendimentos acerca da lei 13.415/2017

Ao analisar as mudanças propostas pela Reforma de 2011, que implementou o Ensino Médio Politécnico, Bins et al (2016), critica a forma que ela foi imposta, sem preocupação, de parte do governo, para que houvesse uma participação maior dos professores e da comunidade escolar. Alguns professores que entrevistamos lembraram disso, e também criticaram o método adotado, lembrando que: *“Aquela Reforma foi de uma forma jogada, nem a própria CRE sabia responder nossos questionamentos [...] foi muito mal organizado.” (Prof. 4).*

Este cenário em parte repete-se agora com a proposta de Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) que tem a sua implementação prevista para começar em 2019, após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular e estar plenamente instituída em 2020.

Quando questionados sobre o conhecimento acerca desta proposta e sobre os comunicados oficiais referentes a elaboração e implementação da proposta, um dos nossos entrevistados comentou que:

“[...] Na verdade, ficou só naquilo que a mídia divulgou mesmo, não teve nenhuma discussão aqui na escola... nem antes, muito menos depois.” (Prof. 4). Outro destacou que: *“As faculdades colocaram notas de repúdio a respeito desta proposta, isso eu me lembro[...] Mas nada disso foi discutido conosco, nada!”* (Prof. 2).

Sobre a importância de uma maior participação da comunidade escolar também na elaboração da Reforma, Costin em entrevista ao jornal El País (2017) comenta que é praticamente um consenso a necessidade de haver uma Reforma para o Ensino Médio brasileiro, todavia uma das maiores discórdias está no método utilizado: através de Medida Provisória, às pressas e praticamente sem diálogo com professores e com a comunidade escolar.

Essa falta de oportunidade de participação da comunidade escolar foi denunciada pelos nosso entrevistados, com denúncias de diferentes naturezas, tais como: *“[...] só vemos na mídia que vai ser tudo lindo, com chamada bem bolada na TV, mas, na verdade, a gente só fica sabendo quando acontece, ninguém vem pedir nossa opinião”* (Prof. 3)

Sobre certos slogans pedagógicos, que são comuns em propostas de reestruturação educacional e também estão presentes no contexto dessa Reforma (13.415/2017), Carvalho (2001) alerta que eles “raramente ultrapassam uma coleção de frases de efeito ou aparentes prescrições” (p.163).

Almeida Jr. et al (2006), comentam ainda que quando se está elaborando uma reforma ou um documento curricular criam-se expectativa de parte de alguns professores, de que além de diretrizes curriculares ela trará definição de conteúdos e de questões didáticas-metodológicas. No entanto, alerta o autor, muitas dessas expectativas não fazem sentido pois são decisões que cabem a cada professor. Além disso, no caso específico da Educação Física, os seus conteúdos são constituídos por um leque de práticas corporais, situado em distintos contextos socioculturais. Assim, uma maior participação dos professores e da comunidade escolar ao longo do processo de elaboração das reformas curriculares poderia ajudar a evitar que se criassem expectativas dessa natureza.

A Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) e os perigos da permissividade

A publicação da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), aliada itens que dão margem a diferentes interpretações, gerou desconfiança na comunidade da Educação Física. Sensação que predominou também entre os nossos entrevistados:

“[...] Na reforma existem aqueles eixos a serem trabalhados, onde algumas escolas trabalharam com alguns e não com outros, mas a gente não sabe ao certo o que vai acontecer. A gente acredita que cada escola vai trabalhar com aquilo que tem de recursos humanos, [...] Mas, na verdade, a gente não sabe se é a Coordenadoria como região que vai estabelecer quais serão os eixos que cada escola trabalhará, se as escolas vão ter que se adaptar, se terão recursos pra isso.” (Prof. 1).

O caráter permissivo de alguns pontos estruturantes da nova proposta alertam para a possibilidade de uma quebra do conceito de universalização e o risco da constituição de veio dualismo, em que as escolas periféricas podem optar pela formação técnica e profissional, enquanto as escolas privadas continuaram formando para o vestibular de forma propedêutica. Desse modo, “aliado a formação dualista, há também a ilusão de que as escolas terão autonomia para escolher qual formação priorizar. (BUNGENSTAB E LAZZAROTTI FILHO, 2017, p. 30). Nossos entrevistados também mostraram-se temerosos com o excesso de permissibilidade curricular imbuído na Reforma (13.415/2017):

“[...] Com essas reformas fica cada vez pior não só para educação física, mas para a educação de forma geral, porque o aluno poder escolher o que ele vai fazer, depois ele vai fazer ENEM ou vestibular e não tem base nenhuma, porque se optar por determinadas disciplinas e não fazer outras, quando chegar a hora e cai tudo, ele não vai conseguir ter sucesso, avançar. Eles (Governo) não podem determinar simplesmente qual disciplina é mais importante. Todas são! Ao invés de andar pra frente, caminha-se para trás...” (Prof. 4)

Freitas (2012) chama a atenção para os riscos de se valorizar algumas disciplinas em detrimento de outras e reclama que “a escola cada vez mais se preocupa com a cognição, com o conhecimento, e esquece outras dimensões da matriz formativa, como a criatividade, as artes, a afetividade, o desenvolvimento corporal e a cultura” (FREITAS, 2012, p. 389). Nossos entrevistados compartilham dessa mesma preocupação, como expressa um dos nossos entrevistados, denunciado que:

“A gente ficou bem assustado quando viu essa questão da educação física e das demais, porque a gente acha que são disciplinas fundamentais, a educação física, a filosofia, a sociologia, a arte, onde o aluno consegue se expressar melhor, tem um momento de questionamento. A escola por vezes é tão dura, acaba sendo monótona, e a educação física tem este papel libertador, onde o alunos pode se expressar [...]” (Prof. 1).

Outra questão da Lei 13.415\2017 (BRASIL, 2017), que esteve entre as preocupações recorrentes dos nossos entrevistados, trata-se da possibilidade de profissionais com notório saber ocuparem o lugar do professor. A lei especifica que além de profissionais portadores de diplomas em curso superior na área pedagógica e afim, também poderão atuar na escola os profissionais com notório saber,

[...] reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado (BRASIL, 2017)

Bungenstab & Lazzarotti Filho (2017), observam que não há na literatura brasileira um conceito definido sobre o significado da expressão “notório saber” e explicam que no meio acadêmico esse termo é atribuído a indivíduos que não portam o título de Doutor, mas possuem conhecimento reconhecido e equivalente ao de Doutor em suas áreas específicas. Neste sentido, os autores alertam para os perigos em se utilizar esse conceito fora desse contexto, dentro do corpo de uma lei. Além disso, na especificidade da Educação Física os perigos para a utilização desse conceito aumentam, pois ele pode ser utilizado para legitimar a substituição do professor pelo ex-atleta, ou pelo ex-praticante de determinada prática corporal. A presença desse conceito no corpo da Reforma, foi uma das preocupações comungada por nossos entrevistados: “*É um total desrespeito isso de ter pessoas não habilitadas dando aula! Ser professor não é tão fácil. Imagina o que vai ter de atleta trabalhando na escola, ensinando só aquilo que aprendeu no alto rendimento [...]*” (Prof. 1).

Nessa mesma perspectiva, Cara (2016), lembra que o fazer do professor está longe de ser algo simples. Entre outras competências todo professor deve ter habilidade didática, entender da relação de ensino e da relação de aprendizagem, além de possuir uma dose de conhecimento propedêutico. Nossos entrevistados mostraram-se preocupados com os efeitos que poderão advir dessa redução do conceito de professor e da simplificação do ato educativo. “*Algum aluno pode até gostar no início [...] mas, lá na frente, verá que a formação que precisa mesmo, vai fazer falta*” (Prof. 3).

Bungenstab & Lazzarotti Filho (2017) alertam que a oficialização do notório saber representa um retrocesso para a área, pois ele poderá reduzir a Educação Física Escolar apenas aos elementos técnicos repetitivos, a uma racionalidade instrumental, sem o saber pedagógico que a constitui. Desse modo, pertinentes parecem ser as preocupações assinaladas por Guimarães et al. (2007), quando alertam que a introdução do conceito de notório saber,

conforme previsto na Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), potencializará o retorno a uma Educação Física Tecnista.

Percebemos que a introdução do conceito do notório saber, dá-se em um momento em que a Educação Física Escolar Brasileira dá sinais de ampliação de suas matrizes teóricas e epistemológicas, tendo como referência o princípio de que “[...] a recuperação do corpo como sujeito”, poderá nos ajudar para reformularmos “o nosso conceito de criticidade” e ampliarmos “nosso conceito de razão, englobando as dimensões estéticas e éticas” (BRACHT, 2001, p. 77).

Prática pedagógica e constituição docente

“Eu acho que a gente deve trazer a diversidade para este aluno, os planos de ensino das escolas estão muito voltados aos desportos tradicionais [...] Precisamos ter a liberdade pra questionar esse aluno e saber o que ele gostaria de aprender.” (Prof. 5)

Como ilustra o epígrafe acima, o cotidiano escolar passa por transformações constantes e os professores lidam diariamente com imprevistos, com os limites dos métodos com a necessidade de atualizar os conteúdos e com uma série de exigências, de expectativas e de contingências, que atravessam e influenciam o trabalho docente (WITTIZORECKI & MOLINA NETO, 2005).

No Brasil convivemos também com críticas diárias que desqualificam a educação pública. No caso da Educação Física, com frequência emergem questões referentes a especificidade da disciplina (MOLINA NETO, 1996). Algumas dessas especificidades da Educação Física foram lembradas por nossos entrevistados. Um dos pontos mais salientados pelos professores referiu-se a problemas estruturais: falta de materiais, escassez de espaços - *“para que tu tenha uma ideia, temos uma quadrinha pequena, que não é coberta, [...]” (P.3)*. Woods (1989) observa que a falta de espaço e de materiais apropriados as vezes leva os professores a criarem estratégias e mecanismos de sobrevivência frente às adversidades. Como é o caso, por exemplo, da confecção de materiais alternativos.

Nossos entrevistados se mostraram também preocupados com a maneira que a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) aponta a permanência da avaliação emancipatória como principal instrumento avaliativo, que foi implementada junto com o Ensino Médio Politécnico e já naquele período, segundo os professores, não foram oferecidos maiores esclarecimentos sobre a mesma e sua aplicação no dia-a-dia escolar.

Apesar da vasta literatura que trata da avaliação (FONSECA, 2015; DARIDO, 2008), esta ação requer um envolvimento docente na construção de qualquer proposta avaliativa, pois este processo carrega consigo a experiência de cada docente, as marcas de sua trajetória escolar e também a sua formação inicial (Perrenoud, 1999). Assim, há um grande risco dos pressupostos avaliativos propostos na Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) serem distorcidos, principalmente porque as reformas curriculares educacionais tendem a ignorar as convicções, os preceitos e as histórias de vida dos professores (MOLINA NETO & MOLINA, 2009).

Outra preocupação que emergiu das entrevistas dos professores refere-se ao lugar que a Educação Física ocupa e poderá passar a ocupar no currículo escolar a partir da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017). A muito, a área reivindica uma maior igualdade em relação as demais disciplinas (GÜNTHER, 2000). Todavia, entre nossos entrevistados foi recorrente um receio relacionado a possibilidade da introdução do conceito de notório saber aliado a noção da flexibilidade da obrigatoriedade da Educação Física, presente na Reforma (Lei 13.415/2017) possam potencializar o estereótipo da Educação Física como uma disciplina mais fácil que as demais e por isso secundária, ou mesmo dispensável.

Considerações Finais

O eixo central desta pesquisa foi problematizar e analisar como a proposta de Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) vem interpelando os professores de Educação Física, neste momento que antecede a sua implementação. O estudo concluiu que os professores de Educação Física, independente de se situarem em diferentes fases de suas carreiras (HUBERMANN, 2000), apresentam algumas críticas comuns a Reforma proposta.

Uma das questões que se sobressaiu nos depoimentos foi a falta de diálogo com os professores e com a comunidade escolar no período de elaboração da proposta. Além disso, ressaltou-se o fato da maioria dos professores ter tomado conhecimento acerca da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) somente por vias midiáticas, sem oportunidade de debate nas escolas ou por iniciativa da Coordenadoria Regional de Educação (5º CRE).

Os professores que se encontram em um período mais avançado na carreira, integrando a Fase do Conservadorismo (25 – 35 anos) e a Fase do Desinvestimento (35 – 40 anos) foram os que, de um modo geral, se mostraram mais céticos com as possibilidades de sucesso da Reforma proposta.

“Tinha bastante adesão (dos alunos), mas depois veio mudando a coisa, por exemplo diminuíram as aulas de Educação Física de 3 para 2 por semana e até 1, agora nós conseguimos reverter para 2 novamente [...] eu acho que afetou e foi cada vez piorando mais, para nós da Educação Física ficou cada vez pior, e acho que com isso também (reformas recorrentes), que veio mais o desinteresse do aluno pela prática. E agora não será diferente... posso afirmar.” (Prof. 3)

Possivelmente, isso ocorre porque ao longo de suas carreiras os mesmos já tenham passando por várias outras reformas educacionais que, conforme eles próprios expressaram, pouco qualificaram a educação brasileira. Já os professores que estão no início de seus carreiras apresentam-se mais esperançosos, acreditando que esta pode ser a oportunidade de se ter um Ensino Médio e Educação Física com seus objetivos mais claros, formando o seu “quem sou” e o “o que faço” na educação.

“Na verdade, a minha opinião é de que a nossa área é muito questionada por nossa culpa mesmo. A maioria dos professores simplesmente dão uma bola para o aluno e perguntam: O que tu quer fazer? O que tu quer jogar? - Tu sabe o que os diretores falam? Que qualquer um pode dar Educação Física. E tu quer saber a verdade? É verdade. Então esse questionamento é por culpa nossa, do nosso trabalho mal desempenhado com os alunos, e talvez essa Reforma seja uma maneira de se darem conta de que se a abordagem não mudar, nossa disciplina e o Ensino Médio como um todo estão a um passo da falência.” (Prof. 5)

Percebemos a necessidade de novos estudos sobre a temática, principalmente sobre a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) e seus efeitos a Educação Física Escolar, ou seja, diferente do nosso estudo, que priorizou o momento de construção e divulgação da proposta, visualizamos a pertinência de estudos que vão analisar a sua implementação e os desafios encontrados nela - Qual o lugar que a disciplina da Educação Física ocupará em um ensino integral? E a sua obrigatoriedade? A Educação Física continuará como disciplina curricular obrigatória, ou será substituída por outras atividades curriculares? Ela será ofertada no mesmo turno que a maioria das disciplinas ou em turno inverso? Em relação ao notório saber, quem serão os professores? Quem terá legitimidade para atuar como docente? Portanto, com estas indagações que emergiram deste estudo, evidenciamos a relevância de um acompanhamento cuidadoso acerca dos pontos polêmicos da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) e como estes irão se materializar no dia-a-dia escolar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JR., A. S. et al. Conhecimentos de Educação Física. In: Secretaria de Educação Básica/MEC (Org.). **Orientações curriculares para o Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BELO, E. S. V. **Professores formadores de professores de matemática**. Mestrado Acadêmico em Ciências e Matemática-Universidade Federal do Pará, 2012.
- BINS, G. N.; LOPES, R. A.; DIEHL, V. R. O.; MOLINA NETO, V. (Org.). **Educação física na escola: entre demandas curriculares e experiências artesanais**. Porto Alegre: ESEFID/UFRGS, 2016.
- BRACHT, V. **A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física**. Cadernos CEDES, Campinas, vol.19 n. 48, 1999.
- BRACHT, V. **Saber e fazer pedagógico: acerca da legitimidade da Educação Física como componente curricular**. In: CAPARROZ, F. E. (Org.). Educação Física Escolar. Vitória: Ed. Proteoria, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Lei nº 9394/96. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 de abril de 2018.
- _____. **Medida Provisória n. 746**, de 22 de setembro de 2016. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 29 de set. 2017.
- _____. **Lei n. 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 01 de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 20 de maio. 2018.
- BUNGENSTAB, G. C.; LAZZAROTTI, A. F. **A Educação Física no “novo” Ensino Médio: a ascensão do notório saber e o retorno da visão atlética e “esportivizante” da vida**. Revista Motrivivência. Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 19-37, 2017.
- CARVALHO, A. M.; GIL P. D. **O saber e o saber fazer dos professores**. In: CASTRO, A. D.; CARVALHO, A.M.P. (Org.). Ensinar e ensinar Didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira - Thompson Learning, 2001.
- CASTELLANI, FILHO. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

CAVALCANTE, N. I. S. **Formação inicial do professor de matemática: a (in)visibilidade dos saberes docentes.** Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática - Universidade Estadual da Paraíba, 2011.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1995. 164p.

DARIDO, S. C. **Educação Física na escola: questões e reflexões.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

DARIDO, S. C. et al. **Educação Física No Ensino Médio: Reflexões e Ações.** Revista Motriz, Rio Claro, v. 5. n. 2, p. 138-145, 1999.

EL PAÍS. **Cláudia Costin: “O maior erro foi não ter discutido a reforma do Ensino Médio com os jovens”** Especialista diz que a reforma do ensino médio era urgente e elogia o aumento da carga horária. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/15/politica/1481826534_981926.html>. Acesso em: 10 de abril de 2018.

FONSECA, D.G. Planejamento. In: FONSECA, Denise Grosso da; MACHADO, Roseli Belmonte. (orgs). **Educação Física: (re)visitando a didática.** Porto Alegre: Sulina, 2015.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo.** 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

FREITAS, L. C. **Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do Magistério à destruição do Sistema Público de Educação.** Revista Educação Sociedade, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 15 de abril de 2018.

GALLARDO, J. S. P. (Org.). **Educação Física escolar: do berçário ao ensino médio.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

GOMEZ, Angel Pèrez. **O pensamento prático do professor - a formação do professor como profissional reflexivo.** In: NÓVOA, António (Coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

GUIMARAES, S.M. et al. **Educação Física no ensino médio e as discussões sobre o meio ambiente.** Rev. Bras. cienc. Esporte, Florianópolis, v. 28, n. 3, maio. 2007.

GÜNTHER, Maria Cecília Camargo. **A formação permanente de professores na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, no período de 1989 a 1999: um estudo a partir de quatro escolas da rede.** (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: ESEF/UFRGS, 2000.

HUBERMAN, M. **O ciclo de vida profissional dos professores.** In: NÓVOA, A. (Org.). Vidas de professores. 2. ed. Porto: Porto, 2000. p.31-61.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2001.

LOVISOLO, H. R. **Educação Física: a arte da mediação.** Rio de Janeiro: Sprint, 1995

- LUCENA, R. **Quando a lei é a regra: um estudo da legislação da Educação Física Escolar brasileira.** Universidade Federal do Espírito Santo - Centro de Educação Física e Desporto. Vitória, 1994.
- MELO, R.; FERRAZ, O. **O novo ensino médio e a Educação Física.** Revista Motriz, Rio Claro, v.13 n.2 p.86-96, 2007.
- METZNER, A. C. et al. **Contribuição da Educação Física para o Ensino Médio: estudo a partir da prática docente de professores de Institutos Federais.** Motrivivência, Florianópolis/SC, v. 29, n. 52, p. 106-123, setembro/2017.
- MOLINA NETO, V. **La Cultura Docente del Profesorado de Educación Física de las escuelas publicas de Porto Alegre.** (Tese de Doutorado). Barcelona: Universidad de Barcelona, 1996.
- MOLINA NETO, V., MOLINA, R. M. K. **A prática pedagógica do professor de Educação Física no cotidiano escolar. Pesquisar e aprender: meta e ponto de vista.** In: MOLINA NETO, V. et al. (org.) Quem aprende? Pesquisa e formação em educação física escolar. Ijuí: Unijuí, p. 13-36, 2009.
- PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas.** Porto Alegre: Artmed, 1999.
- RIGO, L. C. **A Educação Física fora de forma.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte. V. 16, n. 2, p. 82-92, jan. 1995.
- SOUZA, Cirlei E. S. **Formadores de professores no ensino superior: olhares para trajetórias e ações formativas.** Doutorado em Educação-Universidade Federal de Uberlândia, 2011.
- TEIXEIRA, F. C. **A construção dos saberes docentes por professores formadores.** Mestrado Acadêmico em Educação-Universidade Federal de Viçosa, 2012.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- WITTIZORECKI, E. S.; MOLINA NETO, V. **O trabalho docente dos professores de Educação Física na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.** Movimento, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 47- 70, jan./abr. 2005.
- WOODS, P. **La escuela por dentro, La etnografía de la investigación educativa.** Editora Paidós, Barcelona, 1989.
-

The Reformation of Secondary Education (13.415/2017): Implications in Physical Education

Abstract

This research had as objective to problematize and to analyze how the official discourse of the Proposal of Reforma of the High School (Law 13.415 / 2017) is calling the Physical Education teachers. The empirical corpus of the study is constituted by the analysis of official documents of the Reformation and by 5 semi-structured interviews, made with teachers of the State Teaching Network, located in different phases of the teaching career. The conclusion of the study pointed out that the reform proposal was elaborated without dialogue with the teachers of the schools and also concluded that Physical Education teachers fear that the bias of permissibility present in the proposal could contribute to a devaluation of Physical Education, mainly due to the risks arising of a possible end of their compulsory education in High School.

Keywords: Physical Education; High school; Reform.

La Reforma de la Enseñanza Media (13.415/2017): Implicaciones en la Educación Física Resumen

Esta investigación tuvo como objetivo problematizar y analizar cómo el discurso oficial de la propuesta de Reforma de la Enseñanza Media (Ley 13.415 / 2017) está interpelando a los profesores de Educación Física. El corpus empírico del estudio se constituye por el análisis de documentos oficiales de la Reforma y por 5 entrevistas semiestructuradas, hechas con profesores de la Red Estadual de enseñanza, situados en diferentes fases de la carrera docente. La conclusión del estudio apuntó que la propuesta de reforma fue elaborada sin diálogo con los profesores de las escuelas y concluyó también que los profesores de Educación Física temen que el sesgo de permisibilidad presente en la propuesta podrá contribuir a una desvalorización de la Educación Física, principalmente por los riesgos venidos de un posible fin de su obligatoriedad en la Enseñanza Media.

Palabras clave: Educación Física; Enseñanza Media; La reforma.

APENDICÊS

APÊNDICE A
Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Entrevista Nº: _____

Nome do (a) Colaborador(a): _____

Ano de Conclusão Graduação: _____

Ano de Conclusão Pós-Graduação: _____

Tempo de Trabalho Docente: _____

Tempo de Trabalho na Rede Estadual: _____

Tempo de Trabalho na Escola _____

Regime de trabalho: _____

Remuneração (em salários mínimos): _____

Número de horas/aulas semanais: _____

Data da Entrevista: ___/___/___

Horário de Início: _____ Horário de Término: _____

Local da Entrevista: _____

Tempo de Duração: _____

- 1) Fale um pouco sobre a sua escolha pela Educação Física, sempre quis ser professor de escola? Já teve experiências fora do contexto escolar?
- 2) Como foi a sua chegada nesta escola em específico? Já teve experiências em outras escolas? E atualmente trabalha em outros locais?
- 3) Como é dar aulas para os estudantes do Ensino Médio? Quais são as vantagens e desafios no trabalho com esta etapa de escolarização?
- 4) Quais as repercussões provocadas pelo anuncio da proposta da Reforma do Ensino Médio na sua escola?
- 6) Qual a sua opinião sobre a Reforma do Ensino Médio? Quais são suas possíveis consequências.
- 7) Houve informações oferecidas pela escola e Secretaria de Educação? Como foram?
- 8) Vivências de outras Reformas do ensino e avaliações sobre como elas impactaram a EF Escolar.

9) Quais as dificuldades e potencialidades você enxerga na proposição da Reforma do Ensino Médio na sua escola? E para a educação Física enquanto disciplina curricular de oferta obrigatória, mas de adesão facultativa por parte dos alunos?

10) Postura e ações que os professores vem realizando no sentido de se apropriarem da Reforma proposta; seus objetivos, suas particularidades para o campo da EF Escolar.

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisador responsável:
 Instituição:
 Endereço:
 Telefone:

Concordo em participar do estudo “*A Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017): Implicações na Educação Física*”. Estou ciente de que estou sendo convidado a participar voluntariamente do mesmo.

PROCEDIMENTOS: Fui informado de que o objetivo geral será objetivo geral será “*problematizar e analisar como o discurso oficial da proposta de Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) está interpelando os professores de Educação Física*”, cujos resultados serão mantidos em sigilo e somente serão usadas para fins de pesquisa. Estou ciente de que a minha participação envolverá “concessão de *entrevistas estruturadas*”.

RISCOS E POSSÍVEIS REAÇÕES: Não a riscos possíveis a integridade física do participante ao submeter-se a este estudo.

BENEFÍCIOS: O benefício de participar da pesquisa relaciona-se ao fato que os resultados serão incorporados ao conhecimento científico e posteriormente a situações de ensino-aprendizagem.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA: Como já me foi dito, minha participação neste estudo será voluntária e poderei interrompê-la a qualquer momento.

DESPESAS: Eu não terei que pagar por nenhum dos procedimentos, nem receberei compensações financeiras.

CONFIDENCIALIDADE: Estou ciente que a minha identidade permanecerá confidencial durante todas as etapas do estudo.

CONSENTIMENTO: Recebi claras explicações sobre o estudo, todas registradas neste formulário de consentimento. Os investigadores do estudo responderam e responderão, em qualquer etapa do estudo, a todas as minhas perguntas, até a minha completa satisfação. Portanto, estou de acordo em participar do estudo. Este Formulário de Consentimento Pré-Informado será assinado por mim e arquivado na instituição responsável pela pesquisa.

Nome do participante/representante legal: _____

Identidade: _____

ASSINATURA: _____ DATA: ____ / ____ / ____

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO INVESTIGADOR: Expliquei a natureza, objetivos, riscos e benefícios deste estudo. Coloquei-me à disposição para perguntas e as respondi em sua totalidade. O participante compreendeu minha explicação e aceitou, sem imposições, assinar este consentimento. Tenho como compromisso utilizar os dados e o material coletado para a publicação de relatórios e artigos científicos referentes a essa pesquisa. Se o participante tiver alguma dúvida ou preocupação sobre o estudo pode entrar em contato através do meu endereço acima. Para outras considerações ou dúvidas sobre a ética da pesquisa, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ESEF/UFPeI – Rua Luís de Camões, 625 – CEP: 96055-630 - Pelotas/RS; Telefone CEP (53)3273-2752.

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL: _____

ANEXOS

ANEXO A

Diretrizes para Autores

- a)** A revista *Motrivivência* é editada pelo LaboMídia – Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva do Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina (USC), responsável institucional pela revista, com apoio do Núcleo de Estudos Pedagógicos da Educação Física (NEPEF/CDS/UFSC) e do Portal de Periódicos UFSC - Biblioteca Universitária (BU/UFSC).
- b)** A *Motrivivência* é um veículo de difusão da produção acadêmica da área de Educação Física, Esporte e Lazer. Aceita publicar trabalhos científicos que tematizem a cultura corporal de movimento nas suas interfaces com as ciências humanas e sociais, desde abordagens socioculturais, filosóficas e pedagógicas.
- c)** A partir de 2015, *Motrivivência* assume periodicidade quadrimestral e as submissões podem ser realizadas a qualquer momento, em sistema de demanda contínua, exceto para a Seção Temática, de caráter eventual e que tem chamadas próprias da editoria, divulgadas na página da revista e nas redes sociais.
- d)** Os manuscritos enviados para a revista *Motrivivência*, em qualquer seção, devem ser inéditos e não podem estar sendo avaliados por outro periódico simultaneamente. As contribuições devem estar alinhadas com o foco e escopo editorial da revista *Motrivivência*, em português ou espanhol, e serão aceitas nas seguintes seções:
- **Artigos Originais** - restrita à publicação de artigos inéditos, decorrentes de pesquisas teóricas ou empíricas. Deve conter, preferencialmente, as seguintes seções ou variações destas, de acordo com o objeto e o tipo de abordagem do mesmo: *introdução; material e métodos; resultados e discussão; conclusões; referências*.
 - **Porta Aberta** - acolhe textos de variados formatos, como artigos de revisão, ensaios, resenhas de livros, dissertações ou teses, transcrição comentada de entrevistas, resumos expandidos de teses/dissertações, relatos de experiências acadêmicas pessoais ou institucionais, etc.;

- **Seção Temática** - no formato de dossiê sobre tema escolhido e divulgado pela comissão editorial, publica textos de submissão espontânea ou de demanda induzida a partir de chamada da editoria. Respeitada a temática indicada na seção, o formato dos textos pode ser: artigo original, artigo de revisão ou ensaio.

Na preparação do manuscrito a ser submetido devem ser observados os seguintes aspectos:

1. Os textos devem ser submetidos apenas depois de passar por revisão técnica de Português (ou Espanhol, se estiver sendo submetido nessa língua) quanto à sintaxe, concordância e semântica. Os textos que não atenderem a estes critérios serão devolvidos aos respectivos autores após a primeira análise de normalização.
2. Formato: os artigos devem ser submetidos em formato.doc (MS-Word); o arquivo não deve conter comentários.
3. Número de páginas: conter até 15 páginas em espaço simples;
4. Fonte: deve ser digitado em fonte Times New Roman, tamanho 12;
5. Formatação da página: todas as margens de 2,5 cm, em modelo A4.
6. Título: em português (ou em espanhol, se o texto estiver sendo submetido nessa língua), idêntico ao registrado nos metadados, somente com a primeira letra da palavra inicial em maiúscula (e a inicial de palavras que sejam nome próprio) - os demais, em caixa baixa (letras minúsculas) -, centralizado e em negrito; caso haja um subtítulo, este deve ser grafado também em caixa baixa (minúsculas). **IMPORTANTE:** nenhuma chamada de nota de rodapé deve ser associada ao título.
7. Resumo: abaixo do título, deve ser inserido o **resumo** (ou resumen, se o texto estiver sendo submetido em língua espanhola) com, no máximo, 150 palavras. A letra inicial da primeira palavra do resumo deve ser em maiúscula. O resumo **NÃO** deve conter citação ou referência.
8. Palavras-chave: abaixo do resumo, inserir as **palavras-chave** (ou palabras-clave, se o texto estiver sendo submetido em língua espanhola). Estas devem ser constituídas por, no mínimo, três (3) e, no máximo, cinco (5) termos que identifiquem

o assunto do artigo, **separados por ponto e vírgula, sem ponto final**. Apenas a inicial de cada palavra-chave deve ser grafada em letra maiúscula. Recomendamos a utilização dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), disponível em: <http://decs.bvs.br>.

9. Autores: na submissão do arquivo em formato .doc **NÃO** devem constar os nomes dos autores ou qualquer outra forma de identificação dos mesmos no texto.

Obs.: a ordem da autoria do texto será **rigorosamente** a mesma da inserção dos nomes dos autores nos metadados. **Sob hipótese alguma será permitido acrescentar ou retirar nome de coautor depois que o texto for encaminhado para avaliação.**

10. Após esses dados iniciais, é desenvolvido o **texto propriamente dito**, seguido das **referências**.

11. Ao final do texto, após as referências, devem ser inseridos na seguinte ordem de apresentação: **o título, o resumo e as palavras-chaves em inglês e em espanhol** (ou em português e em inglês, se o texto tiver sido submetido em língua espanhola). Os resumos nestas duas línguas também devem ter, cada um, no máximo 150 palavras.

12. Os autores devem cuidar para que a identificação de autoria seja removida das "propriedades" do arquivo .doc, conforme instruções disponíveis em Assegurando a Avaliação por Pares Cega. A exclusão das informações pessoais garante o critério de sigilo exigido para a avaliação por pares.

13. Para a submissão, os autores do texto deverão garantir, no formulário próprio de preenchimento obrigatório exibido no momento da submissão, serem os únicos titulares dos direitos autorais do artigo; que ele é inédito e não estão sendo avaliado por outro(s) periódico(s); e que, caso aprovado, transferem para a revista tais direitos, sem reservas, para publicação no formato online (procedimento que se realiza ao "clique" e aceitar este item no processo de submissão).

14. **Coautoria** – para todas as seções, serão aceitos textos com um número máximo de até cinco (5) coautores. Em caso especialíssimos, a comissão editorial poderá

autorizar submissões com até seis (6) autores, desde que os mesmos justifiquem e detalhem a contribuição específica de cada um deles para a produção do texto.

- Obs.: A revista Motrivivência adota para os textos publicados uma licença Creative Commons, que permite o livre acesso ao conteúdo, sendo vedado o seu uso para fins comerciais.

Apresentação das referências: a revista utiliza como padrão exclusivamente a norma NBR 6023/2003 da ABNT. Para sanar qualquer dúvida, sugerimos consultar documento da Biblioteca Universitária da UFSC em: http://www.bu.ufsc.br/design/SLIDES_REFERENCIAS_2011_CC.pdf. A exatidão e adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto são da responsabilidade do autor. Informações oriundas de comunicação pessoal, trabalhos em andamento e não publicados não devem ser incluídas na lista de referências, mas podem ser indicadas em nota de rodapé na página onde for citada.

Recomendamos que os autores observem também as normas da ABNT referentes à apresentação de citações em documentos (NBR 10.520/2002), apresentação de originais (NBR 12256), norma para datar (NBR 5892), numeração progressiva das seções de um documento (6024/2003) e resumos (NBR 6028/2003), bem como a norma de apresentação tabular do IBGE.

Apresentação de citações: Citações diretas com até três linhas são inseridas no próprio corpo do texto, entre aspas, com a referência conforme exemplificado abaixo. Citações diretas com mais de três linhas devem ser apresentadas em destaque, separadas do corpo do texto, com recuo de 4 cm da margem esquerda, com corpo (tamanho da fonte) ou entrelinha (distância entre as linhas) menor e sem aspas, com a letra inicial em maiúsculo, e, ao fim, seguida da referência conforme exemplificada abaixo.

Citação com reprodução de fala ou diálogo, coloca-se em destaque, separada do corpo do texto, com recuo de 4 cm da margem esquerda, com corpo (tamanho da fonte) ou entrelinha (distância entre as linhas) menor e entre aspas, em itálico e com a letra inicial em maiúsculo.

Quando, numa citação no corpo do texto, portanto, entre aspas, houver um trecho também com aspas, estas devem ser substituídas por aspas simples.

As indicações de autoria nas citações direta ou indireta seguem o modelo AUTOR e ANO. Nas citações diretas, a inserção do número da página é obrigatória.

Se a indicação do(s) autor(es) acontece fora de parênteses, os nomes devem ser redigidos em letras minúsculas, com exceção da primeira letra do nome de cada autor, que deve vir em maiúscula, seguido do ano da publicação e número da página - se for citação direta - no interior de parênteses, separados por vírgulas.

Exemplos:

- Um autor: Segundo Fulano (ano, p. xx),
- Dois autores: Para Fulano e Sicrano (ano, p. xx),
- Três autores: Conforme Fulano, Sicrano e Beltrano (ano, p. xx),
- Mais de três autores: Segundo Fulano *et al.* (ano, p. xx),

Quando a indicação dos autores é colocada dentro de parênteses, o sobrenome dos autores deve ser redigido em letras maiúsculas, seguidos do ano da publicação e número da página - se for citação direta - separados por vírgulas.

Exemplos:

1. Um autor: (FULANO, ano, p. xx)
2. Dois autores: (FULANO; SICRANO, ano, p. xx)
3. Três autores: (FULANO; SICRANO; BELTRANO, ano, p. xx)
4. Mais de três autores: (FULANO *et al.*, ano, p. xx)

Citação de citação: trata-se da citação de fonte secundária, ou seja, de um texto que se teve acesso a partir de outro documento. Recomendamos evitar, sempre que possível, o emprego desse tipo de citação. Caso elas sejam inevitáveis, seguir o modelo abaixo:

- Leedy (1988 *apud* RICHARDSON, 1991, p. 417) compartilha deste ponto de vista ao afirmar que "os estudantes estão enganados quando acreditam que eles estão fazendo pesquisa, [...]".

Na lista de referências, faz-se a referência do documento efetivamente consultado; no exemplo acima, a obra de Richardson (1991).

Imagens e figuras: quando for o caso, as ilustrações e tabelas devem ser apresentadas no interior do manuscrito na posição que o autor julgar mais conveniente. Devem ser numeradas, tituladas e apresentarem as fontes que lhes correspondem. As legendas e informações sobre as fontes das ilustrações, figuras e tabelas, devem vir em tamanho 11. As imagens devem ser enviadas em alta definição (300 dpi, formato TIF). Caso as imagens não sejam de autoria dos responsáveis pelo manuscrito, deve ser encaminhada a autorização específica para reprodução das imagens na revista como *Documento Suplementar*. Obras cujo autor faleceu há mais de 71 anos já estão em domínio público e, portanto, não precisam de autorização.

Apoio financeiro: é obrigatório informar no manuscrito, sob a forma de nota de rodapé na primeira página, todo e qualquer auxílio financeiro recebido para a elaboração do estudo que deu origem ao artigo submetido. Importante: a chamada de nota de rodapé não deve estar associada ao título.

Agradecimentos: devem ser tão breves quanto possível e aparecer como nota de rodapé na primeira página do texto. Importante: a chamada de nota de rodapé não deve estar associada ao título.

Conflito de interesses: é obrigatório que a autoria do manuscrito declare a existência ou não de conflitos de interesse. Mesmo julgando não haver conflitos de interesse, o(s) autor(es) deve(m) declarar essa informação no ato de submissão do artigo nos metadados (*Passo 2: Metadados da Submissão*, campo **Conflitos de interesse** e na **primeira página do manuscrito**, sob a forma de nota de rodapé. Os conflitos de interesse podem ser de natureza pessoal, comercial, política, acadêmica ou financeira. Importante: a chamada de nota de rodapé não deve estar associada ao título.

Integridade na Atividade Científica: A Revista Motrivivência, atenta à necessidade de boas condutas na execução e publicação de pesquisas, adota como parâmetro as diretrizes básicas propostas pela Comissão de Integridade na Atividade Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). As diretrizes então disponíveis em www.cnpq.br/web/guest/diretrizes.

Os critérios éticos da pesquisa devem ser respeitados conforme os termos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, quando envolver experimentos com seres humanos.

Nestes casos, os autores devem encaminhar como *Documento Suplementar* o parecer de Comitê de Ética reconhecido, ou declaração de que os procedimentos empregados na pesquisa estão de acordo com os princípios éticos que orientam as resoluções citadas.

f) Orientações para a submissão no sistema

Os manuscritos serão recebidos somente via plataforma *online* (SEER).

- Crie seu *login em*: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/login> .
- Para submeter um manuscrito, o usuário precisa cadastrar-se como autor na plataforma da revista.

A submissão envolve dois passos principais: a inclusão dos metadados e a transferência (*upload*) do manuscrito para o sistema.

1. Inclusão dos metadados: deverá conter obrigatoriamente os seguintes metadados: nomes dos autores, título do trabalho, resumo e palavras chaves; com exceção dos nomes dos autores, todos os demais metadados devem ser submetidos em português, inglês e espanhol.

Coautoria – para todas as seções, serão aceitos textos com um número máximo de cinco (5) coautores. Em caso especialíssimos, a comissão editorial poderá autorizar submissões com até seis (6) autores, desde que os mesmos justifiquem e detalhem a contribuição específica de cada um deles para a produção do texto.

OBS: COMO SUBMETER EM MAIS DE UM IDIOMA, SIGA O PASSO A PASSO

- para a inclusão dos metadados nos três idiomas (passo 3) deve-se: 1 - Preencher os Dados em Português; 2 – Retornar ao topo da página e selecionar o idioma Inglês, clicar em Submeter e preencher os Metadados em Inglês; 3 – Retornar ao topo da página, selecionar o idioma Espanhol, clicar em submeter, quando o preenchimento estiver completo clicar em “Salvar e Continuar” ao final da página.

A submissão correta, com todos os metadados preenchidos nas três línguas (português, espanhol e inglês) é de total responsabilidade do autor do manuscrito. Uma submissão incorreta, constatada na análise preliminar de normalização, poderá resultar no arquivamento do manuscrito.

Nos demais itens de metadados solicitados pela plataforma de submissão, o campo "**Resumo da Biografia**" é OBRIGATÓRIO e nele devem ser informados somente os seguintes dados, nesta ordem:

- Último grau acadêmico obtido ou em andamento (com a sigla da instituição);
- Instituição em que trabalha ou estuda atualmente;
- Cidade, Estado (unidade da Federação), País;
- Endereço eletrônico de todos os autores.

Obs.: É também OBRIGATÓRIO o preenchimento do tópico "**URL**" com o link do currículo lattes de cada autor.

2. Transferência do manuscrito: Depois de preenchidos todos os metadados nos três idiomas, o passo seguinte é fazer a **transferência do arquivo do texto**, observando as normas e recomendações referidas no item "e" dessas diretrizes aos autores.

*Importante: após o encerramento da submissão, esta ficará ativa, ou seja, se faltar algum dado, é possível entrar no sistema e "editar metadados" posteriormente.

g) Informações sobre avaliação

Após submetido, o manuscrito passará por uma análise prévia de normalização, em que metadados, normas e pertinência do tema/abordagem ao foco/escopo da revista serão observados. Por decisão editorial, essa etapa de avaliação poderá resultar em solicitação de ajustes, na devolução do texto para adequação ou mesmo no seu arquivamento.

Se a submissão estiver correta e for considerada adequada, o texto será encaminhado a dois membros da Comissão de Pareceristas ou a pareceristas *ad hoc*, que o apreciarão observando o sistema *de revisão por pares em duplo cego*. No caso de avaliações discordantes, o manuscrito será encaminhado a um terceiro parecerista.

Com base nos pareceres, a Comissão Editorial comunicará a decisão editorial aos autores, que poderá ser:

- Aprovado para publicação;
- Aprovado com correções obrigatórias;
- Rejeitado para publicação (arquivado).

Segunda rodada de avaliação: se o parecer for de aprovação com correções obrigatórias, haverá a necessidade de uma segunda rodada de avaliação. Neste caso, a versão corrigida deverá ser submetida como "**versão do autor**" (à esquerda/no fim da página da submissão ativa) à submissão original dentro do prazo informado na decisão editorial.

O(s) autor(es) deve(m) prestar a atenção para as seguintes recomendações:

1. Todas as correções realizadas na nova versão devem ser grafadas em cor VERMELHA.
2. No caso do autor não concordar com alguma correção solicitada ou quiser prestar alguma informação complementar às revisões dos pareceristas, deve colocar sua argumentação no próprio texto, também em vermelho ou, se preferir, usando a ferramenta "Revisão/Novo Comentário" do Word.
3. Atenção: os cuidados éticos devem ser tomados igualmente como na submissão inicial do texto, o arquivo não deve conter identificação de autoria (nem nas marcações do word, nem em formato de comentários).

h) Taxas

A revista não cobra taxas para publicação.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As

submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. Formato: os artigos devem ser submetidos em formato.doc (MS-Word); o arquivo não deve conter comentários.
2. METADADOS a serem preenchidos na plataforma da Revista:

Título em português ou em espanhol (se o texto estiver sendo submetido nessa língua), em caixa alta (letras maiúsculas). **IMPORTANTE:** nenhuma chamada de nota de rodapé deve ser associada ao título.

Resumo ou *resumen* (se o texto estiver sendo submetido em língua espanhola) com, no máximo, 150 palavras.

Palavras-chave ou *palabras-clave* (se o texto estiver sendo submetido em língua espanhola). Recomendamos a utilização dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), disponível em: <http://decs.bvs.br>.

Todos os metadados devem ser preenchidos em: português, inglês e espanhol. Instrução: acessar "editar metadados" -> modificar "idioma do formulário" e "salvar cada idioma"

3. Nos demais itens de metadados solicitados pela plataforma de submissão, o campo "**Resumo da Biografia**" é OBRIGATÓRIO e nele devem ser informados somente os seguintes dados, nesta ordem:
 - Último grau acadêmico obtido ou em andamento (com a sigla da instituição);
 - Instituição em que trabalha ou estuda atualmente;
 - Cidade, Estado (unidade da Federação), País;
 - Endereço eletrônico de todos os autores, além de endereço postal e telefone do autor que é contato principal do trabalho.

Obs.: É também OBRIGATÓRIO o preenchimento do tópico "**URL**" com o link do currículo lattes de cada autor.

4. Número de páginas: conter até 15 páginas em espaço simples;

Fonte: deve ser digitado em fonte Times New Roman, tamanho 12;

Formatação da página: todas as margens de 2,5 cm, em modelo A4.

Para destaque: usar negrito.

5. Deve ser retirada a identificação do arquivo do *Word* (para retirar a identificação do *Word* abra-o no *Word* na barra de títulos Arquivo/ Propriedades/ Resumo e exclua todas as informações). Esse procedimento garante o critério de sigilo da revista.
6. Todos os endereços de URL no texto (Ex.: <http://www.ibict.br>) devem estar ativos e prontos para clicar.
7. Os critérios éticos da pesquisa devem ser respeitados conforme os termos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, quando envolver experimentos com seres humanos.

Nestes casos, os autores devem encaminhar como *Documento Suplementar* o parecer de Comitê de Ética reconhecido, ou declaração de que os procedimentos empregados na pesquisa estão de acordo com os princípios éticos que orientam as resoluções citadas.

8. **Segunda rodada de avaliação:** se o parecer for de aprovação com correções obrigatórias, haverá a necessidade de uma segunda rodada de avaliação. Neste caso, a versão corrigida deverá ser submetida como documento suplementar à submissão original dentro do prazo informado na decisão editorial.

O(s) autor(es) deve(m) prestar a atenção para as seguintes recomendações:

1. Todas as correções realizadas na nova versão devem ser grafadas em cor VERMELHA.
2. No caso do autor não concordar com alguma correção solicitada ou quiser prestar alguma informação complementar às revisões dos pareceristas, deve colocar sua argumentação no próprio texto, também

em vermelho ou, se preferir, usando a ferramenta “Revisão/Novo Comentário” do Word

Declaração de Direito Autoral

Os autores dos textos enviados à Motrivivência deverão garantir, em formulário próprio no processo de submissão, serem os únicos titulares dos direitos autorais dos artigos, que eles não estão sendo avaliados por outro(s) periódico(s), e que, caso aprovados, transferem para a revista tais direitos, sem reservas, para publicação no formato on line.

Motrivivência adota para todos os textos publicados a licença Creative Commons, que permite o livre acesso ao seu conteúdo, vedado apenas o seu uso para fins comerciais